

FRONTEIRA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: O SERTÃO NACIONALIZADO

*Candice Vidal e Souza**

Resumo

O artigo discute a noção de fronteira no pensamento social brasileiro, sugerindo que seus significados estão relacionados ao imaginário de construção da nação por meio das representações do sertão.

As idéias a serem ensaiadas neste artigo sobre a noção de fronteira no pensamento social brasileiro percorrem uma trajetória pessoal de reflexão que se inicia com um estudo realizado, durante o curso de graduação em antropologia social, sobre o processo de criação do Estado do Tocantins e a construção de sua capital definitiva, Palmas. No curso de investigação percebiam-se similaridades entre os dados das falas político-governamentais recolhidas nos anos iniciais de constituição do Estado e os núcleos discursivos de Goiânia e Brasília. O material comparativo revelava a existência de representações persistentes nas ideologias de desenvolvimento do interior brasileiro que remetem a uma idéia de nação. Colocava-se, então, o desafio de buscar as razões da eficácia retórica e política de noções sobre a instalação de novas fronteiras no Brasil Central como avanço nacionalizador sobre o espaço concebido como vazio. Havia indícios de que esses discursos se estruturavam através de categorias com uma profundidade cultural

* Doutoranda em Antropologia no Museu Nacional, UFRJ.

reveladora da construção simbólica da brasilidade, localizável em materiais de biblioteca e não só naqueles proferidos em palanque.

A suspeita era de que a noção de *fronteira*, emergindo dos discursos recolhidos, expressava a representação da idéia de *nação* por meio da semantização de *sertão*. O sertão, como recurso organizador do pensamento social, seria a primeira entrada de questionamento para uma pesquisa sobre processos de desenvolvimento no Centro-Oeste. Assim, ficava claro que uma etnografia *do* sertão deveria anteceder uma etnografia *no* sertão. Afinal, a nação foi e está sendo pensada em outras formas de expressão cultural, além das ideologias escritas produzidas por agentes vinculados ao Estado. Sendo a categoria sertão resiliente também em produtos culturais mais intelectualizados como a literatura, os ensaios e pesquisas acadêmicos. Presente, mas nunca estranhada, permanecendo como algo que dispensasse definições.

Nas narrativas sobre a nação seriam encontradas estórias persistentes na cultura brasileira, modelos classificatórios, descritivos, do cenário geográfico, social e racial que se apresentava à problematização culta da nacionalidade. Caberia arriscar na dimensão fundacional da noção de sertão para a construção da nação, como um padrão de ordenamento das realidades com certo grau de independência em relação aos dados do cenário descrito. Como suposto do trabalho, propõe-se que a produção historiográfica e de sociologia política – seleção bibliográfica da monografia – conteria um uso cognitivo e, sobretudo, moral da noção de sertão. Moral no sentido de enunciados prescritivos sobre um *dever ser* do Brasil. Cognitivo pela oportunidade de sertão para a comunicação de pensamentos sobre eventos históricos e características sócio-políticas da sociedade brasileira. Em ambos os sentidos, a atribuição de valor ao lugar – geográfico ou social – identificado como sertão é inerente à enunciação dos autores.

As afirmações a serem apresentadas são coordenadas interpretativas de um trabalho ainda em processo, devendo ser tomadas como um rascunho de construções futuras mais aprofundadas.

A ênfase na intersecção dos significados de sertão-Nação-fronteira supõe que a introdução da noção de fronteira indica uma transição de opinião dos pensadores sociais, configurando a coexistência de atitudes avaliativas sobre o sertão. As relações de fronteira com a dicotomia sertão/litoral e os significados específicos que os discursos

sociais apresentam entre elas são os pontos demarcadores da passagem pelos autores.

Seria mais preciso falar de uma *mudança de perspectiva em relação ao sertão que permite a emergência da categoria fronteira* para a descrição de processos econômicos de incorporação de 'vazios demográficos'. Novas formas de apreciação da região denominada sertão são fixadas, oferecendo orientações ideológicas que transformam a concepção do agir sobre esse espaço. Sobretudo, há um *reposicionamento da relação do sertão com a nacionalidade*.

Para marcar tais inflexões retóricas utilizarei a distinção de *perspectiva romântica e perspectiva realista* como atitudes narrativas modelares nos textos que falam sobre o sertão. Por ora, faço o empréstimo de uma classificação literária para caracterizar períodos discursivos no pensamento social brasileiro. Sem muito rigor quanto a uma seqüência temporal, pois está-se lidando com modelos interpretativos que a princípio podem ressurgir em novas combinações de significado em épocas variadas.

A gênese da perspectiva romântica sobre a de sertão coincide com o período romântico da ficção brasileira. Diante da urgência de se marcarem as características singularizantes da ex-colônia que se pretendia nação, a autenticidade de um modo de ser brasileiro foi logo associada à sociedade e à paisagem do interior. Na procura por tipos simbolizadores da nacionalidade, o sertanejo é escolhido pelo modo de vida admirável, pela destreza, simplicidade e valores que dignificariam o Brasil. Neste modelo, o sertão é objeto de uma apreciação distanciada e estetizante que 'con-funde' natureza e organização social. Há um julgamento positivo quanto à introdução do sertão na constituição da identidade nacional. Ele ainda é posto como alteridade em relação à vida degradada e corrompida das cidades 'metropolizadas', todavia, um outro desejável que se converte em exemplo invejável do ser verdadeiramente brasileiro.

Por sua vez, o olhar realista esboça um retrato mais cru e desesperançado do sertão, realçando a desencantada condição de vida do interior brasileiro. O sertão é despido de qualquer roupagem idílica. Já se pode detectar a emergência do sertão como um problema para a nação. Um outro negativo, oposto à urbanidade litorânea. A diferença é

ênfatisada e percebida como um obstáculo, porção indesejável e vergonhosa do Brasil.

Os efeitos perturbadores do sertão sobre os pensadores do Brasil são acentuados com as explicações biológico-raciais que forneceram a pauta de reflexões sobre a viabilidade dos povos, especialmente durante os novecentos. O sertão se converte em um exemplar do fenótipo suspeito. A miscigenação do interior parece ser um sinal indelével da degenerescência sertaneja. Assim, a alteridade é posta na distância mais radical, comunicada na linguagem essencializada da natureza genética. As determinações de sangue e cor são impassíveis de transformação. A máxima diferença é recusada no conceito da nacionalidade. Na condição de alteridade ambígua – parte distoante, mas que não pode ser de todo negada – o sertão atinge o seu ápice como antítese da nação desejada.

O trabalho de Euclides da Cunha será um ponto de inflexão nas falas sobre o sertão. O desconforto com a esterilidade desta vasta porção de Brasil será suavizado com a inversão do valor atribuído às características raciais do sertão. *Os sertões* estão numa zona transitória entre a temática racial e a temática da civilização via desenvolvimento. Significa uma reversão da forma de ver o sertão, por substituir a acusação de degeneração pela de atraso. Nas palavras de Euclides da Cunha, o sertanejo é um retrógrado, não um degenerado. A separação entre os filhos do mesmo solo estava de todo dada pela distância entre as coordenadas históricas – o tempo. Nesta perspectiva, a condição sertaneja é analisada em termos sociológicos, permitindo a *des-essencialização* do sertão com a abertura para a mudança. O atraso é um estado presente do sertão, ao contrário de uma substância determinada geneticamente. A intervenção da raça deixa de ser determinante, pois "a homogeneidade étnica não é condição para a sintonia dos tempos", no dizer de Euclides da Cunha. A variável importante é a civilização, como esforço de sincronização dos tempos sociais entre o sertão – habitado por "aqueles desconhecidos singulares, abandonados há três séculos" e o litoral. A missão de Canudos era exemplo da tarefa maior para os governos centrais que consistiria em "trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência [da nação?] aqueles rudes *compatriotas* retardatários" (grifo meu).

A partir de Euclides da Cunha, antevê-se a conciliação de uma identidade nacional viável, em termos étnicos, com a necessidade de

transformações sociais através de medidas civilizadoras. A problemática sertão e nação sofre modificações significativas porque a diferença inegável entre o sertão e o mundo civilizado é temporária e pode ser superada pela vontade governamental. A distinção entre a diferença radical e o semelhante distante – no espaço e no tempo –, mas incorporável, abre caminho no plano ideológico para a possibilidade de aproximação ao mundo interiorano.

Há um movimento de idéias no pensamento social que permite a fusão em termos étnicos e, principalmente, econômicos. Agora a nação só seria totalizada com a apropriação coletiva de todos os espaços atrasados e incultos. Dissolver a dicotomia nós/eles seria a única escolha a ser feita em nome da nacionalização plena de todo o mapa brasileiro.

O sertão é uma possibilidade vislumbrada para a expansão da nação a partir desse trânsito no imaginário da elite escritora. A tarefa civilizatória rumo à nação ideal retiraria do sertão suas características negativas, unificando e homogeneizando os desequilíbrios regionais.

A *noção de fronteira* é produto dessa nova ambiência de representações sobre o sertão e traduz o movimento de englobamento ideológico e ocupação concreta de nacionalização das periferias sertanejas. Em se tratando do imaginário relativo à fronteira, a descontinuidade que marcava o uso da classificação litoral/sertão está diluída. Simbolizando um processo de desenvolvimento, a criação de zonas de fronteira é percebida como uma oportunidade de dissolução de diferenças, quando se realiza a subordinação do interior-sertão ao modelo civilizatório do litoral.

A intenção é que o preenchimento dos 'vazios' sertanejos pelas atividades da fronteira seja capaz de forjar um só Brasil que concilie as características políticas do litoral e do sertão. No pensamento social, os pares litoral-sertão não são reificados e sofrem alternância e relativização de valor. Desse modo, na fronteira será conciliada a qualidade positiva do litoral – a civilidade – com a crença de que o interior/o sertão resguarda um Brasil não contaminado, o lugar da preservação da nacionalidade autêntica. A fronteira, por tudo isso, resume as esperanças e os projetos de construção de uma nacionalidade equilibrada e harmonizada no desenvolvimento de suas partes.

O desafio e a contribuição do estudo em curso sugerem, pelo menos, alguns dos elementos ideacionais do conceito de fronteira, os

quais merecem uma observação mais detalhada tanto no âmbito do pensamento social quanto das falas dos atores diretamente envolvidos em condições de fronteira. Afinal, o conceito de fronteira é motivo de debate teórico, mas sofreu um estranhamento incipiente de suas vinculações mais sutis com a ideologia nacional e os 'arquétipos' culturais brasileiros.

Como desafio de pesquisa, sugiro que se levem a sério as intuições de Nestor Duarte, que já detectava em 1939 – *A ordem privada e a organização política nacional* – o engajamento político-nacionalista dos pensadores locais. Notava ele que o "desejo talvez de criar a nação nos tem feito esquecer a oportunidade de analisá-la". Escapando um pouco dessa sedução nacionalista, resistente, mas pouco estranhada quando comunicada em termos da polissemia de sertão, cabe pensar sobre a especificidade cultural da idéia de nação no Brasil. A pátria-natureza, mais um patrimônio geográfico que uma comunidade unida por memórias coletivas, é uma concepção ativa e contemporânea no cenário ideológico nacional.

A passagem pelo pensamento social para os propósitos interpretativos do trabalho traz sugestões novas para uma 'volta' à etnografia no sertão. Parece acertado crer que o Centro-Oeste se apresenta também como uma fronteira para a pesquisa social: há uma profusão de temas e materiais ainda a convidar o pensamento crítico. Sendo assim, a direção de reflexão aqui desenvolvida aponta para perguntas que bem poderiam ser respondidas pelos estudos nessa região. Basicamente se questiona a respeito:

- (1) de uma eventual permeabilidade entre o pensamento social e o nacionalismo de Estado. Haveria o extravasamento das representações de fronteira para ideologias político-estatais concomitantes ao acionamento dos processos de ocupação do espaço brasileiro?
- (2) do significado da fronteira para o coletivo nacional, esteja ela sendo conquistada pela agricultura, indústrias ou fabricação de cidades, o que levaria a pensar sobre a particularidade da representação do Brasil como nação que encontra em seus próprios limites geográficos a motivação para se imaginar como proprietária de um bem ilimitado: os espaços vazios, as

fronteiras por abrir. De acordo com Cassiano Ricardo, a alegria do espaço é parte integrante da alegria de viver de uma nação que se pensa inconquistável porque interminável.

Abstract

The communication discusses the notion of frontier in brazilian social thought, suggesting that its meanings are related to nation building imaginary through *sertão* representations.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Euclides da. Os sertões: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional* (contribuição à sociologia política brasileira). Cia. Editora Nacional, 1939.
- MENEZES-LEROY, Silvia. O sertão enquanto linguagem. In: *Sertão: réalité, mythe, fiction*. 2 v. Rennes: Colloque International, septembre 1991.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *A cidade imaginada. A construção de Palmas (TO) nos discursos de políticos e urbanistas*. Brasília, 1992. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade de Brasília.